

Fortificações de iniciativa omíada no Gharb al-Andalus nos séculos IX e X hipóteses em torno da chegada dos *Majus* (entre Tejo e Mondego)

FERNANDO BRANCO CORREIA

Para compreender as fortificações ligadas à vontade do poder político central é necessário compreender esse mesmo poder político. As fortificações são, em muitos casos, reflexo de decisões políticas bem sucedidas associadas a um programa construtivo com meios e gentes capazes de o concretizar. Por isso, apesar de este trabalho incidir a sua análise sobre o processo de fortificação e defesa da fachada atlântica ocidental do *al-Andalus*, convém localizar o problema no seu contexto histórico mais vasto.

Nos últimos anos verificou-se um grande avanço a nível do conhecimento sobre como as tropas árabes penetraram na Península Ibérica e se apoderaram do poder antes detido pelo reino godo de Toledo, então dividido internamente. Hoje sabe-se mais acerca da componente plural dos exércitos “árabes” de inícios do século VIII e de como seria possível assistir-se a uma convivência ou parceria entre “crentes” – embora com diferenças – numa base monoteísta comum, na fase inicial da expansão islâmica¹.

Conhecem-se os percursos dos exércitos de Tariq ibn Ziyad e de Musa ibn Nusayr e é possível ter uma visão mais clara sobre os pactos que – à semelhança do conservado sobre a região de Tudmir – terão sido firmados em tempos de ‘Abd al-Aziz filho de Musa, numa conjuntura em que este último se encontrava muito próximo de uma aristocracia goda que tentava sobreviver – proximidade que será fatal para ‘Abd al-Aziz, morto por agentes do califa de Damasco.

Pode dizer-se que na primeira década do domínio islâmico nada ou quase nada mudou no ocidente peninsular, excepto a nível dos dirigentes máximos. Em termos militares, há penetração, sensivelmente até Mérida, cidade com a qual se obtinha a submissão formal da Lusitânia e, com ela, a de toda a província ocidental peninsular.

Nos quarenta anos seguintes, durante os quais existiu um emirado – instável – dependente de Damasco, as preocupações militares dos governadores nunca foram os territórios do extremo ocidental peninsular, focando-se em outras zonas e até em territórios para norte dos Pirinéus.

A partir de 756 o panorama muda, claramente, com a chegada de um omíada fugido de uma Damasco que perde centralidade no Mundo de matriz islâmica. Este, Abd al-Rahman I, consegue entrar em Córdova, eleita já antes capital pelas forças fieis a Damasco e tornar-se-á no primeiro emir independente do *al-Andalus*. Porém, tem de resolver, inicialmente e sobretudo, questões relacionadas com a sua afirmação

num território que desconhecia e que não lhe foi tão favorável inicialmente como poderia ter suposto. Sem entrar em detalhes – que são conhecidos – sabe-se que os descendentes de Abd al-Rahman I raramente intervêm em questões que envolvam o ocidente – ou *Gharb* – peninsular, excepto as revoltas que envolvem *Yahsubi/s* e a declaração de apoio ao poder abbássida em Beja – uma clara rejeição da afirmação do poder omíada no *al-Andalus*².

É no segundo quartel do século IX que se dão mudanças fundamentais no *al-Andalus*; sente-se já a influência – que será dominante – da doutrina *malikita*, que terá ganho protecção dos omíadas desde Hisham I (788-796)³ embora os períodos de Abd al-Rahman III e al-Hakam II, mais, tarde, venham a ser decisivos⁴.

Terão sido postos em causa os acordos ou tratados de inícios do século VIII. É um período de instabilidade e de rebeldia face ao poder emiral – a revolta do arrabalde de *Saqunda*, na própria Córdova, é um exemplo de reacções a essas mudanças impostas pelo poder central; a revolta dos chamados “mártires de Córdova” protagonizada por alguns sectores de *dhimmi*s cristãos – vulgarmente chamados de moçárabes – é uma outra reacção – bem diferente –, e será o período de início das grandes revoltas que têm lugar em redor da capital da antiga Lusitânia – Mérida. Porém, nada disto conduz a um processo de fortificação no ocidente (já em Toledo foi diferente, como se sabe) ou a movimentos de tropas para controle dos pontos mais sensíveis, como o que irá ter lugar a partir de meados do século IX, devido à chegada de atacantes inesperados.

As revoltas – berberes e muladíes

Fugindo um pouco ao âmbito do tópico deste texto, é de lembrar que há uma arquitectura militar promovida e dirigida no *al-Andalus*, nos séculos IX e X, por rebeldes.

Normalmente a bibliografia tradicional tem feito eco das revoltas e dos fortificações controladas – e edificadas – por Ibn Hafsun, em Bobastro, nas serranias de Ronda⁵.

A publicação dos volumes V e II-1 do *Muqtabis* de Ibn Hayyan – que completam as informações que antes se obtinham a partir de Ibn Idharí – torna evidente que no ocidente ibérico se assistiu a esse mesmo fenómeno, com contornos diferentes e não menos interessantes.

Por um lado, deve dar-se especial relevo à revolta que tem lugar em Mérida no ano de 828 e que é protagonizada inicialmente por Sulayman ibn Martin e por Mahmud ibn al-Jabbar. As razões da revolta não são ditas de forma aberta por Ibn Hayyan, mas não faltam detalhes sobre a geografia da mesma⁶. Assim, sabe-se que é Mahmud é quem conseguirá manter a resistência acesa, sendo obrigado a deixar a zona de Mérida, deslocar-se para as serranias dos actual Algarve através da linha ocidental do Guadiana, acabando por ter e inflectir dramaticamente para Norte, fixando-se junto ao rio Douro e entrando num acordo com Afonso II das Astúrias⁷.

Sabe-se que Mahmud foi utilizado por Afonso II para edificar fortificações na linha do Douro, o que parece indicar que a capacidade – no mínimo, a fama – de alguns rebeldes do *al-Andalus* era grande nas artes militares e que esses conhecimentos eram reconhecidos por um dos monarcas das Astúrias. Estes dados são importantes não só por não ser exclusiva dos poderes centrais a capacidade de construir e de conceber recintos e estruturas de defesa mas também porque parece ter havido opções, tradições ou modelos construtivos e poliorcéticos vários que não se devem restringir às opções do poder central omíadas nesta área. Ou seja, é necessário estar atento para a possibilidade de ter havido mais de um modelo de fortificações em todo o *al-Andalus* no período em causa.

Por outro lado, esta capacidade de resposta regional pode ilustra-se com um outro acontecimentos; em inícios do século X terão lugar importantes alterações e melhoramento nas fortificações em redor da linha média do Guadiana, sem acção directa do poder central. Em 913, levado a cabo por Ordonho II, um ataque bem sucedido a Évora de que resultará a sua destruição, em grande medida devido ao facto de dispor de muralhas mal cuidadas. A dinastia rebelde que controla a região, a dos *muladí*s al-Jilliqi, liderou a partir da sua capital regional – Badajoz – um programa de requalificação das muralhas da região, logo a partir do ano seguinte ao da referida destruição. Ibn Hayyan chega a dar detalhes de carácter poliorcético, informando que as fortificações da região passaram a ter parapeitos e ameias, características e capacidades defensivas negligenciadas antes, o que terá permitido aos homens de Ordonho II uma vitória brutal⁸.

As capacidades de construção de defesas passivas – fortificações – por parte de rebeldes prestigiados ou de dinastias regionais no *Gharb al-Andalus* mostra que havia uma capacidade instalada importante e que é possível encontrar modelos de fortificação diferentes daqueles que são normalmente atribuídos à dinastia omíada, seja pela tipologia das construções seja pelos aparelhos. Ou seja, é possível continuar a falar de “aparejo emiral y califal” – usando uma consagrada qualificação no idioma em que mais se escreve sobre estes temas – mas não é possível dizer que só pode ser do período emiral ou califal o que

seja construído em “soga y tizón”, a técnica construtiva que, apesar da sua especificidade, aparenta semelhanças com o *opus quadratum* clássico⁹. Devemos, pois, estar despertos para que possam surgir em territórios periféricos técnicas construtivas outras, tradições locais muito fortes que se mantêm, mas também outros modelos de construção, mas sem ser obrigatoriamente através dos arquitectos e alvanéis formados ou provenientes das “escolas” da bacia do Guadalquivir.

Majus na costa – vigilância e arquitectura militar

No ano de 844 / 229 H., o governador omíada de Lisboa – Wahb Allah ibn Hazm – envia emissários a Córdova informando que a cidade fora atacada nesse Verão por navios de *majus*, bárbaros do Norte, comumente identificados como *Vikings*. Esse acontecimento marcante é referido por cronistas como Ibn al-Qutiyya, Ibn Hayyan e por autores mais tardios como Ibn Idharí ou al-Maqqari. Os invasores impressionam pela surpresa e pelo seu número; fala-se de oitenta embarcações que, não se ficando pelas águas do Tejo¹⁰, avançam para Sul, atacando as regiões de *Ukshunuba* (cuja cidade principal é *Shantamariyya al-Gharb*, hoje Faro), penetrando depois no Guadalquivir e chegando às portas de Sevilha.

A este primeiro ataque viking ou normando seguir-se-ão outros. Em 858-59, os normandos regressam, tendo causado grande destruição ao longo das costas. Porém, a surpresa não terá sido já total, pois sabe-se alguns dos bens transportados nos seus barcos terão sido capturados num dos portos da *Kura* de Beja¹¹. As expedições continuarão e, no século X, as embarcações de *majus* reaparecem. O alarme, desta vez, vem de Alcácer, onde terão sido avistadas 28 embarcações, cada uma das quais com cerca de 80 homens. Nesta mesma conjuntura há notícias de problemas causados por esta frota de normandos na região de Lisboa e na de Silves. Decide-se fazer avançar a frota omíada, estacionada no Guadalquivir, para ocidente, frota que combate os normandos na ribeira do Arade, perto de Silves¹². E, em 971-72, terá lugar um outro ataque¹³; ataque que fustigou igualmente terras sob controle asturiano, o que levou o Conde Gonçalo Moniz a entrar em contacto com o califa omíada.

Em que medida é que estes acontecimentos têm reflexos no processo de vigilância, defesa e fortificação do território? Que decisões são tomadas e por quem? Sabe-se que há medidas tomadas pelo poder central, inicialmente perplexo e impotente, depois já mais organizado mas começando por defender preferencialmente o vale do Guadalquivir, acesso natural para atingir a capital do poder político nos séculos IX e X, ou seja, a cidade de Córdova.

O poder central no *al-Andalus* percebe que deve reforçar as defesas e o controle sobre uma costa afastada que nunca foi, até então, central ao contrario do litoral do Mediterrâneo em redor do qual estavam

estabelecidos os grandes poderes de então e onde se pressentiam perigos maiores.

As crônicas testemunham a edificação de construções de carácter defensivo no Norte de África; junto às costas de Arzila fortifica-se um local estratégico¹⁴. Esta edificação, apelidada vulgarmente de *ribat* – designação nem sempre usada com toda a propriedade¹⁵ – segue modelos tácticos orientais e visava a obtenção de um controle apertado sobre a costa próxima.

Sabe-se, na verdade, que há voluntários que partem para estas costas com o intuito de assegurar a vigilância das mesmas. Este “esforço”, ou *jihad*, em controlar as terras do *Dar al-Islam* dos ataques dos infiéis foi acompanhado por medidas tomadas pelo poder central omíada, deixando muito provavelmente alguma margem de manobra aos governadores da região.

Mas, a vigilância nas costas não passa só pelos voluntários. Há decisões – cujos detalhes as crônicas raramente dão – quase que imediatas e outras que se adivinha terem sido tomadas mas com frutos colhidos muito mais tarde. De facto, parece ser que é neste contexto dos ataques de normandos dos séculos IX e X que o poder central omíada de Córdoba aposta pela primeira vez no reforço da sua presença no litoral ocidental peninsular. Presença que se sentirá a nível de vigilância de proximidade coordenada militarmente, no caso dos territórios em análise a partir de cidades próximas dessas costas – Lisboa e Santarém –, e pela implantação de uma capacidade de construção naval, capacidade que se incrementará gradualmente¹⁶.

Ora, como os textos são omissos em relação a locais não centrais e como a arqueologia ainda não pode dar dados sobre alguns locais ainda não intervenção, é necessário entrar no campo – muito resvalado e inseguro – das hipóteses. Por isso, as hipóteses colocadas nos próximos parágrafos – dada a falta de datações seguras e de estudos de caso –, devem ser encaradas com cautela e, na maior parte dos casos, como propostas para investigação futura. Assim, e com as devidas precauções, é possível tentar encontrar vestígios de construções que, eventualmente, se possam enquadrar no conjunto das medidas de protecção ou de controle do litoral para fazer frente à entrada destes invasores que se implementaram, sobretudo no século IX e X, a sul da linha do Mondego¹⁷. Sabendo-se – e os omíadas sabiam-no – que os navios normandos possuem capacidade para navegar em altas águas do mar mas também para penetrar em estuários de rios, é possível que os locais ocupados militarmente por voluntários, enquadrados ou não por representantes do poder omíada e por destacamentos militares se encontrem perto da foz e pontos sensíveis da costa.

Os primeiros possíveis vestígios foram procurados a sul da foz do rio Mira. O castelo de Alcobaça – onde têm decorrido escavações arqueológicas – apresenta torres quadrangulares, colocadas regular-

mente e pouco espaçadas entre si, construídas com pedra de grande dimensão. Em termos formais e meramente tipológicos, tudo aponta para uma cronologia antiga dentro dos séculos do período medieval. É interessante referir que este castelo, pouco citado, exibe uma torre albarrã¹⁸, que ainda não se pode garantir que seja de origem *andalusí*, o que também pode apontar para uma cronologia recuada, na medida em que – sabe-se hoje – há torres albarrãs mesmo em fases iniciais do período islâmico (fig. 1)¹⁹. Assim, no campo das hipóteses – como se disse –, não seria impossível que tivesse existido uma fortificação neste cume estratégico, retaguarda de uma zona cujo recorte litoral é hoje diferente do que teria sido durante a Baixa Idade Média, na medida em que a acção do mar se fazia sentir muito mais para o interior na Alta Idade Média do que hoje, nesta zona.



Fig. 1 – Castelo de Alcobaça – perspectiva aérea.

Eduíno Borges García estuara a região e tinha posto em evidência a existência de fortificações em Alfeizerão, Famalicão da Nazaré e Pederneira, recintos fortificados cuja lógica defensiva teria a ver com fases alti-medievais, anteriores às grandes obras de aproveitamento levadas a cabo pelos monges alcobacenses²⁰; nesse período, que coincide com o domínio islâmico, o litoral era muito mais recortado e a presença da água do mar fazia-se sentir muito próximo de Alcobaça.

Mais a sul, deve falar-se dos vestígios de um castelo em Alfeizerão. As torres semi-circulares detectadas nesta fortificação²¹ colocariam problemas de datação há uma anos atrás, quando era comum só se poderem rotular como podendo ser de época islâmica as que apresentassem uma tipologia de planta quadrangular. Porém, trabalhos recentes têm posto em evidência torres semi-circulares em outras zonas periféricas do Al-Andalus – como é o caso da Aljaféria, em Saragoça²² – e mesmo no território ocidental elas aparecerão bem datadas, em Coimbra, muito provavelmente em época de Almançor, e que está arqueologicamente atestado²³.

Tendo em conta o que foi proposto para Alfeizerão, vale a pena olhar com outros olhos para Óbidos, para as suas fortificações mas, sobretudo, para a sua posição. Não será difícil de adivinhar o volume de água que, algumas centenas de anos atrás, entraria desde a costa até perto do sopé do monte em que se encontra esta localidade fortificada; por aí se pode

avaliar a importância táctica do local, pelo menos desde época romana. Infelizmente, as fontes escritas de época islâmica não nos falam de uma Óbidos sob domínio islâmico; porém, pela geografia do local (fig. 2) e pela conjuntura de perigo que assola as linhas de água²⁴, não é difícil pensar na existência de uma – mesmo que pequena – estrutura de vigia no ponto alto de Óbidos, eventualmente na mesma zona onde se encontra o castelo que, de planta regular e com torres semi-circulares – mais baixas originalmente, como se vê pelas marcas de alteamento visíveis –, pode ter na sua origem uma ocupação pré-portuguesa que ainda não se identifica claramente²⁵.



Fig. 2 – Óbidos – posição dominante sobre a zona ocidental, onde a acção do mar se fazia sentir ainda no período medieval.

O mesmo tipo de raciocínio sobre o recorte antigo da costa é possível ser colocado em pontos mais a sul; alguns dos quais com dados mais seguros que reforçam as hipóteses aqui colocadas. É o que pode passar-se com Atouguia da Baleia, onde ainda se pode apreciar uma pequena fortificação com uma torre que faz peito frente a um mar que já aí não chega. O aparelho construtivo revela várias fases de intervenção, com reconstruções, mostrando algumas zonas com aparelho de tipo espinhado; conserva no seu interior uma magnífica cisterna, construída em aparelho de alvenaria bem cuidado, possivelmente com materiais reaproveitados²⁶. O seu topónimo é de origem arábica e a actividade marítima que o seu nome deixa adivinhar é ainda atestada durante a primeira dinastia portuguesa²⁷. O castelo e o território de Atouguia carecem de estudos aprofundados; a fase inicial da sua ocupação não está ainda bem definida, mas a sua posição faz sentido como ponto a proteger e de onde seria vantajoso possuir estruturas defensivas e forças capazes de fazer face a quaisquer possíveis ameaças provenientes do mar (fig. 3).

Ainda mais a sul, a foz do rio Grande ou Ribeira dos Palheiros apresentaria durante os séculos da medievalidade um recorte diferente do actual (hoje bem regularizado), provavelmente mais sujeito à acção de viajantes vindos ao mar. Embora hoje nada se veja, sabe-se que houve, a menos de uma légua da costa e com contacto visual sobre ela, uma fortificação na zona onde hoje se encontra a igreja matriz da Lourinhã; igreja ainda hoje conhecida pela designação de Santa Maria ... do Castelo e que substitui uma



Fig. 3 – Castelo de Atouguia, detalhe da torre que está virada para a zona próxima à chegada da água do mar, no período medieval.

anterior mandada edificar pelos primeiros habitantes conhecidos desta localidade, no século XII. Sobre essa pequena fortificação, cujo perímetro e cuja forma em *mota* se imagina na topografia do terreno, nada se sabe. Pode ter sido edificada pelos cavaleiros francos que receberam a zona da Lourinhã em tempos de D. Afonso Henriques, mas também aqui pode ter havido aproveitamento de estruturas defensivas anteriores; sem sair do campo das hipóteses, faria sentido ter existido um posto de vigilância na retaguarda da costa, em época omíada, para controlar eventuais desembarques (fig. 4). A descoberta recente de cerâmicas de tradição islâmica em Torres Vedras²⁸, fortificação de retaguarda em relação à costa, permite colocar a hipótese de que também no eixo Foz do rio Sizando – Varatojo – Torres Vedras possa ter havido estruturas de vigilância e de defesa face a estes perigos dos séculos IX e X que uma prospecção metódica pode vir a revelar.



Fig. 4 – Possível “mota” onde se encontrava o castelo da Lourinhã, junto da qual se encontra a igreja de Santa Maria do Castelo.

Além destes casos, e sem ser necessário fazer um rastreio por todas as bocas de rio, é importante salientar a existência de alguns locais que se destacam por concordarem com este tipo de estratégia de localização e por, em simultâneo, terem revelado vestígios arqueológicos que, pelas datações obtidas, podem reforçar estas hipóteses.

É o que se passa com Sintra. Esta localidade é já citada por al-Razi no século X, não se cansando os geógrafos posteriores de referir as bondades da sua região²⁹. No entanto, há dados para datar ocupação de época islâmica anteriormente; o “castelo dos Mouros”, que ocupa uma posição impar, foi escavado

parcialmente e os trabalhos aí levados a cabo revelaram níveis datados desde o século IX (fig. 5)³⁰, o que coincide com a reacção omíada à chegada dos barcos normandos. Este castelo, com um horizonte visual formidável, que abrange uma vasta área para Norte, para Leste – controlando a zona do cabo da Roca e da “Azóia” – e para Sul, domina a entrada da barra do Tejo e a margem Sul do seu estuário, podendo contactar visualmente com o Cabo Espichel.



Fig. 5 – O “castelo dos Mouros”, em Sintra (foto DGEMN)

É neste contexto que se deve valorizar o aparecimento do que parece ser uma pequena mesquita, no Alto da Vigia, precisamente em frente e a sul da Praia das Maças (fig. 6 e 6A). Sobre o mar, controlando o curso final do rio com o mesmo nome ou rio de



Fig. 6 – O “alto da vigia”, a sul da Praia das Maças, lobrigando-se ao longe a Pena, na serra de Sintra.



6A-Alto da Vigia e a sua posição sobre o mar, controlando a costa norte.

Colares, a escavação – em vias de estudo mas já publicitada³¹ – deixa ver no local o que parece ser uma pequena mesquita com o seu *mihrab*, em posição sobranceira ao mar, semelhante ao que, classificado habitualmente como “*ribat*”, se conhece na Arrifana de Aljezur e na costa levantina³². Sem se excluir a

possibilidade de que a área ocupada em época islâmica seja também extensa como nesses outros locais já estudados³³, há algo que ressalta na paisagem: o local tem uma posição táctica importante, poderia condicionar o desembarque de invasores sobre a praia e poderia igualmente comunicar com aquela que é a localidade chave da região em época islâmica – Sintra – onde, no Castelo dos Mouros, se detectaram níveis islâmicos desde o século IX, ou seja, coincidente com a fase de chegada dos navios normandos. Curiosamente, o sítio escavado tem contacto visual directo com a zona onde se encontra o Palácio da Pena³⁴. A carga religiosa da construção detectada pelos trabalhos arqueológicos pode associar-se, eventualmente, à presença na região de voluntários ou de uma confraria religiosa que entra no campo do que comumente se chama uma *Zawiya*; o topónimo Azóia, presente não muito longe pode ter a ver com esta dinâmica, num tempo ainda não esclarecido.

A crista da serra de Sintra parece ter sido fulcral na estratégia de controle, vigilância e contenção destas vagas de normandos. Porém, estas actividades estariam estreitamente ligadas ao povoamento e à gestão do território no seu todo. A vigilância não seria efectiva sem ocupação e apoio populacional no território envolvente, tirando partido de um região com recursos económicos interessantes, com topónimos sugestivos – como Azóia – podendo algumas outras localidades em seu redor reservar dados importantes para perceber as dinâmicas deste período³⁵.

Essa mesma acção de vigilância, associada ao povoamento, estaria montada na margem sul do Tejo, junto ao seu estuário. Entre a ponta arenosa – a *Trafaria* – e Almada (fig. 7) pode ter existido uma rede de pequenos locais onde se conjugariam o povoamento e a vigilância e defesa do território. A geografia do local e a própria toponímia dão pistas interessantes. Para além da própria Almada, equipada com uma fortificação edificada em época ainda não esclarecida (citada por várias fontes de época islâmica a na própria *Carta a O[sberto]* que descreve a tomada de Lisboa em 1147), é de considerar pelo menos os



Fig. 7 – O castelo de Almada numa gravura de Alexandre Jean Noel e John Wells publicada em Londres, em 1793. Este ponto e outros próximos, como Almaraz, seriam cruciais para cruzar informação, através de sinais, entre a zona de Sintra e Lisboa.

locais conhecidos como Murfacém (fig. 8) e Almaraz. Em ambos os casos se trata de topónimos relacionáveis com o período islâmico. O significado do primeiro pode colocar problemas³⁶ mas o segundo tem um significado especial, na medida em que “*al-maraz*” parece derivar de “*maharis*”, palavra com paralelos em outros pontos do Mundo Islâmico medieval, concretamente no Norte de África³⁷ e no *al-Andalus*, sempre relacionados com a existência de “torres de vigia”³⁸.



Fig. 8 – Em Murfacém podem cruzar-se sinais entre Sintra, Almada, Alcoena (em frente) e o cabo Espichel. A sua capela tem semelhanças com outras existentes no sul da península ibérica e apresenta uma tipologia semelhante a construções do mundo islâmico ocidental; no entanto, não é clara a data da sua construção.

Faltam elementos que possam fornecer uma datação exacta para a fundação destes locais. No entanto, não pode deixar de se assinalar estas coincidências num espaço que parece ter sido estrategicamente importante em termos militares e para o qual as fontes árabes falam de ocupação desde o período omíada. Na verdade, a frente terminal do Tejo na sua margem esquerda pode ter desempenhado um papel importante não só em termos de defesa de proximidade mas igualmente a nível da gestão das comunicações entre vários pontos tácticos – aquilo a que alguns chamariam *hot spots*. Como Sintra – com poder de controle sobre a costa atlântica a norte de Lisboa – não comunica directamente com esta cidade, as comunicações poderiam ser feitas por triangulação, através de pontos de observação intermédios onde poderiam estar voluntários locais enquadrados pelos governadores nomeados pelo poder omíada, ou voluntários espontâneos para o *jihad* , esse “esforço” – que se sabe existir desde muito cedo no mundo islamizado – por controlar um território em perigo. Estes ocupantes, poderiam receber alertas visuais de Sintra e retransmiti-los por sinais, para Lisboa. Em dias sem tormentas ou nevoeiro, as comunicações por sinais enviadas de Sintra chegariam a Lisboa mais rapidamente se se fizesse através de triangulação (fig. 9) com um ponto intermédio num local da margem sul do Tejo, entre Almada e a zona a cavaleiro da Trafaria. Sintra poderia contactar igualmente com Palmela, cujo papel militar e de coordenação de outros pontos

sensíveis já foi posto em evidência³⁹. Esta última localidade fortificada controlaria não só a bacia do Tejo como eventuais entradas pela do rio Sado, em direcção a *al-Qasr* e podendo comunicar com outros pontos localizados na serra, sintomaticamente conhecida como da *Arrábida*, onde não faltariam outros sítios ligados a este esforço de defesa das costas, por vezes associado à presença dos referidos voluntário enquadrados em grupos de carácter religioso.

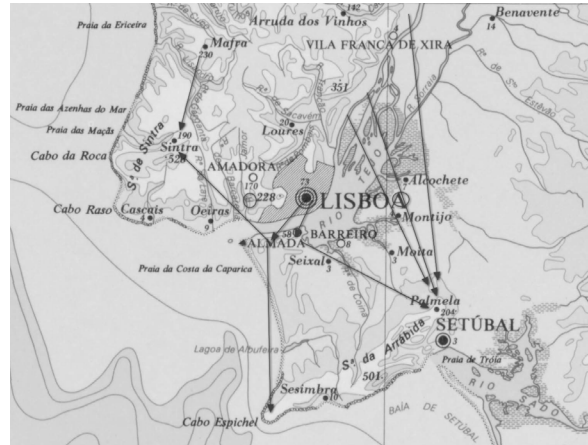


Fig. 9 – mapa onde se pretende mostrar como, por triangulação de pontos, os avisos ou sinais de alarme vindos de Sintra poderiam chegar a Lisboa através de contactos intermédios existentes na margem sul do Tejo – como Almada, Almaraz ou Murfacém.

A zona em redor do eixo Almada – Trafaria tem igualmente possibilidade de contacto visual com o cabo Espichel (fig. 10), junto do qual um outro local conhecido como Azóia⁴⁰ – não datado quanto a período de fundação – pode remeter para a existência de confrarias ou grupos de defensores enquadrados religiosamente.



Fig. 10 – Capela, possivelmente já de época portuguesa, semelhante à de Murfacém, no Cabo Espichel; tem contacto visual perfeito com a Serra de Sintra e a zona de Trafaria – Murfacém – Almaraz.

Este friso geográfico localizado na margem esquerda do tramo final do rio Tejo tem o seu reverso na margem direita, onde alguns topónimos podem ter a ver esta dinâmica de ocupação do território, controle e defesa do mesmo. Pode ser o caso de Algés, topónimo cujo significado já foi relacionado com aspectos militares,⁴¹ mas pode igualmente ter sido o de Alcoena (fig. 11), local urbanizado e quase ignorado, entalado entre Belém e o Restelo, hoje parte integrante da cidade de Lisboa. Alcoena ocupa a uma posição táctica impar, no topo de um ponto elevado, *chave* do controle sobre a entrada na barra do Tejo, de onde se conseguia, com um olhar, varrer toda a magnífica entrada do Tejo, desde a Trafaria até Almada – passando pelos já citados locais de Murfacém, Almaraz,

mesmo em frente. Aqui, em Alcolena, poderia estacionar uma pequena guarnição, associada ou não a uma construção militar, simples torre de vigia e/ou oratório de que não restam traços visíveis⁴². Séculos mais tarde, o local passará a ter uma forte carga religiosa que lhe foi atribuída por, aí, se celebrar a partida de outros navegadores; se, antes, houve neste local outro tipo de ocupação relacionada com o aparecimentos de outros navegantes, isso ainda não se sabe⁴³.



Fig. 11 – Alcolena, na zona de Lisboa hoje mais conhecida como Restelo, posição dominante que controla a barra do Tejo e onde se encontra a capela de S. Jerónimo, desde inícios do séc. XVI.

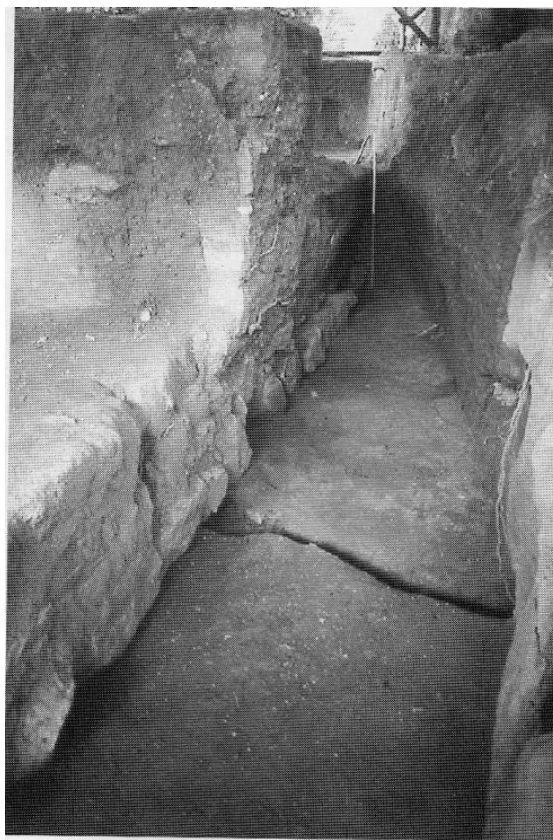
Os barcos dos normandos ou “*majus*” tinham capacidade para subir pelo rio Tejo, progredir pelo “Mar da Palha” e subir o maior rio peninsular. É, pois, possível que também esta zona tivesse recebido gentes, equipamentos ou construções para vigilância, e defesa. Vale a pena, por isso, visitar alguns locais e vestígios de fortificações que existem nas suas margens, a montante de Lisboa, e que podem ter a ver com a instalação de sistemas de vigilância colocados a funcionar e reforçados nos séculos IX e X. Pode ser esse o caso das fortificações que terão existido em Sacavém (sobre o rio Trancão, controlando uma linha de água que ia até à zona de Loures e de onde se poderia atacar Lisboa pela retaguarda), e dos restos de um castelo que ainda se detecta em Alverca⁴⁴ (fig. 12); em Alhandra (fig. 13), também sobre a linha do rio Tejo, detectaram-se vestígios de uma possível fortificações que aguarda estudos aprofundados⁴⁵. Por outro lado, em Povos, a norte de Vila Franca de Xira, foi escavada há alguns anos uma pequena fortificação. A escavação do castelo de Povos – que envolve o santuário do Senhor da Boa Morte, no actual concelho de Vila Franca de Xira (fig. 14 e 14^a)⁴⁶ – revelou dados extremamente relevantes, na medida que não só se detectaram restos de uma estrutura defensiva – erguida numa taipa pouco rica em cal – como igualmente se encontraram níveis arqueológicos que coincidem com o período da chegada dos normandos⁴⁷. O próprio processo de fortificação de Alenquer, localidade implantada na retaguarda do rio com o mesmo nome, que parece já estar fortificada quando Afonso Henriques conquista Lisboa em 1147, pode estar relacionado com esta conjuntura de perigos dos séculos IX e X; a sua torre *Couraça*, pela sua aparência exterior, deve ser posterior a esta fase⁴⁸.



Fig. 12 – Alverca – vestígios exteriores do castelo, onde se detectou ocupação de época islâmica.



Fig. 13 – Alhandra, posição dominante sobre o Tejo onde, para além da igreja se detectaram vestígios de ocupações antigas. Seria um local favorável para um posto de vigia nos séculos IX e X.



Muralha militar em taipa. Monte do Senhor da Boa Morte Povos. 1994.
Foto: Cristina Calais

Fig. 14 – Povos – vestígios de um castelo em taipa de época islâmica com ocupação do século IX (foto C. Calais).



Fig. 14A – Povos – a importância da sua posição é bem clara num dos desenhos de Pier Maria Baldi.

Esta rede defensiva, para a qual se deslocam voluntários de outros pontos do *al-Andalus* mas também forças enviadas pelo poder central de Córdova e elites regionais, contribui para a reorganização do povoamento destes territórios, relançando, com confiança, actividades económicas e iniciativas marítimas que se farão notórias algum tempo depois. É neste contexto que se deve interpretar a referência à construção, por *al-Hakam*, de uma grande mesquita em Santarém. Não se refere de forma clara qual dos omíadas é referido: se o emir *al-Hakam I*, se o califa *al-Hakam II*⁴⁹. Porém, tendo em conta as conjunturas, faz sentido que se trate do segundo, pois só este coincide com um momento em que esta cidade tem um especial valor militar, valor que se inicia em meados do século IX, a partir do qual se inicia um *crescendo* também a nível económico e demográfico⁵⁰. Santarém coordena a vigilância sobre a fachada atlântica mais setentrional do *al-Andalus* e é um ponto estratégico fundamental a sul de uma Coimbra conquistada em tempos de Afonso III das Astúrias. Santarém deve ter ganho, pela riqueza das suas terras mas também pela importância estratégica da região que militarmente depende de si (fig. 12), proeminência e número de habitantes islamizados suficientes para almejar possuir uma mesquita *aljama*, uma mesquita urbana principal adequada para acolher a grande oração do meio-dia das Sextas-feiras. Uma Santarém cuja riqueza rural várias vezes foi celebrada pelos autores de fontes geográficas de época islâmica – que nunca se esquecem de referir a riqueza agrícola da região de *Balata*⁵¹, bem como o elevado número de aldeias existentes em seu redor. À sua riqueza agrícola dever-se-á acrescentar a sua importância como região conhecida pela produção cavalara, produção que se conhece precisamente em finais do século X; aos cavalos das suas lezírias foi reconhecida capacidade e resistência suficientes para serem procurados pelas forças do califa de Córdova⁵².



Fig. 15 – Alenquer – Para além das muralhas que envolvem a vila onde há uma torre Couraça – existem vestígios, no alto do monte, do castelo que é referido, em algumas crónicas, com tendo sido conquistado por Afonso Henriques, na fase de declínio do poder almorávida.

Algumas décadas mais tarde, em finais do século X, Almançor decide construir e equipar uma esquadra em *al-Qasr* (Alcácer do Sal), nas margens do rio Sado – a sua área em estudo. Não é do nada que se consegue montar um estaleiro onde irão nascer várias dezenas de barcos, fundamentais para a campanha que o mesmo Almançor dirige contra Santiago de Compostela, em 997. Essa construção numa escala inédita só pode ter sido possível se houver já instalado no local suficientes artífices e matéria prima para o fazer; são necessários homens habilitados para as várias fases da construção, mas também matéria-prima disponível nas suas imediações, ou seja, árvores adequadas para a construção naval plantadas algum tempo antes. É possível que grande parte da área que hoje observamos em redor de Alcácer do Sal, coberta de árvores de diferentes tipos pudesse já ter sido plantada com árvores destinadas, em grande parte, à construção de embarcações⁵³. Deve-se dizer que o estaleiro de construção naval de *al-Qasr*, a funcionar em pleno em tempos de Almançor, não poderia construir navios sem que antes tivesse havido – desde, pelo menos, tempos de *al-Hakam II* – plantio de árvores vocacionadas para essa mesma construção. A famosa travessia protagonizada pelos “aventureiros de Lisboa”, todos eles da mesma família – dada a conhecer por *al-Idrisi*⁵⁴ – teve lugar em época incerta mas muito provavelmente nos séculos X ou XI; o que mostra, de alguma maneira, que à sombra do reforço militar destas costas se criaram condições que, a longo prazo, irão dar frutos: se antes eram estas costas que recebiam visitantes inesperados, parece ter-se mudado de paradigma, surgindo navegantes em Lisboa – não só aí possivelmente – com iniciativa e capacidade instalada a nível da construção naval para se fazerem aos mares com confiança.

Para o século XI, as cidades do litoral parecem ter os seus sistemas defensivos de litoral bem organizados. Não faltam até exemplos de capitais de *reinos de taifa* – como Mértola, Silves ou *Shantamariyya al-Gharb* (Faro)⁵⁵ – sediadas em cidades próximas da costa ou a ela estreitamente ligadas. Mesmo Lisboa chegou a ser capital de um reino efêmero⁵⁶, acabando por submeter-se à dinastia aftávida de Badajoz, dinastia que soube tirar partido das excepcionais capacidades defensivas e de navegação de *al-Qasr*.

A necessidade de manter o sistema defensivo costeiro bem defendido continua nas centúrias seguintes, se bem que com as dificuldades de conjunturas específicas, como foi o século XI, durante o qual as lutas internas entre *reinos de taifas* obrigaram a uma aposta reforçada em acções militares por via terrestre.

No entanto, a partir de finais do século XI o poder almorávida volta a apostar no flanco ocidental peninsular, para fazer face ao avanço de Fernando Magno até à linha do Mondego e, depois, contrariar a defesa e aos avanços portugalenses. Santarém será tomada por Afonso Henriques mas só pelo factor surpresa e numa fase em que o poder dos *al-murabitun* estava em colapso. No entanto, já com Lisboa o mesmo não

se passou: pela descrição que dela faz al-Idrisi, na sua célebre *Nuzhat al-Mushtaq*, é uma cidade dinâmica e rica, com um perímetro defensivo que merece palavras elogiosas. A avaliar pelas descrições do estado em que se encontrava a cidade em 1147 – feitas por cruzados que foram testemunhas oculares da tomada da cidade ao fim de vários meses de cerco –, percebe-se que ela tinha uma dimensão importante que as suas muralhas e portas estavam bem defendidas.

Conclusão

Durante mais de um século não houve razões aparentes que justificassem grandes ou medianas obras de fortificação na parte ocidental da península Ibérica – o território que as fontes islâmicas designarão como *Gharb al-Andalus*; nem as fontes escritas as referem, nem os acontecimentos da conjuntura a isso obrigavam. Isso não quer dizer que não tivesse havido obras de manutenção ou de adaptação em fortificações pré-existentes. Sabe-se que havia na região, desde muito cedo, quem tivesse fama de possuir *know-how* na área das construções militares; a solicitação de Afonso II das Astúrias feita a Mahmud ibn al-Jabbar para que este elevasse fortificações na linha do Douro prova que alguns líderes regionais, – tratados como rebeldes pelas fontes escritas redigidas próximas do poder central cordovês – eram valorizados, em outras paragens, pelos seus conhecimentos (ou de alguns de seus homens) na arte da construção militar.

Por outro lado, os rebeldes com sucesso no *al-Andalus* souberam responder aos desafios colocados por forças adversas e, muitas vezes, substituir-se ao poder central. É essa capacidade de saber edificar e estar a par dos requisitos mais modernos a nível poliorcético que permitiu à dinastia Jilliqi liderar o processo de renovação das fortificações no *Gharb* depois do ataque a Évora em 913, ataque que resultou num sucesso possível em grande parte devido ao mau estado de conservação e de manutenção das antigas fortificações herdadas do Baixo Império.

Mas, foram os ataques inesperados dos normandos às costas do *al-Andalus* e a penetração nos seus estuários – não só no *Gharb*, bem entendido – que marcaram um momento de viragem no investimento do poder central emiral e califal na segurança dos seus territórios ocidentais e, sobretudo, na das suas costas, visitadas e atacadas por inimigos externos.

Os cronistas do *al-Andalus* – habituados ao ambiente áulico da capital – não se perdem em detalhes sobre esses longínquos territórios ocidentais, um finisterra até então pouco valorizado. Mas, não deixam de mencionar a existência de governadores com iniciativa para repelir essas investidas, utilizando – muito seguramente – mão de obra local e técnicas conhecidas na região. Há, por outro lado, voluntários provenientes de vários locais, que irão possivelmente plasmar na região modelos de outras costas do Mediterrâneo; voluntários que tiveram um papel não negligenciável, actuando de forma coordenada com os poderes políticos e militares ou de forma autónoma, cuja acção é um sério desafio para futuras investigações.

Nesta reacção contra o inimigo desconhecido e externo cruzam-se, pois, várias dinâmicas e diferentes saberes. Mas, a geografia do território, uma geografia que não coincide com o recorte actual desse mesmo território, não pode ser esquecida como um dos actores principais deste processo. Um actor que se maquilhou e se transvestiu com outras roupagens, ou seja, com outros litorais e limites que não aqueles de há mais de mais anos. Daí a dificuldade em o encontrar. Felizmente que nos tempos recentes – que esperemos venham a ter também um futuro – se têm descoberto novos dados que começam a preencher o espaço de uma malha de pontos e linhas de vigilância e de defesa mais apertada e complexa do que se supunha.

Muitas das fortificações edificadas no século IX parecem terem sido feitas sob pressão, com uma alguma urgência. Pelos indícios recolhidos – e sobre os quais ainda pendem muitas dúvidas – tudo leva a crer que se utilizam construtores locais e regionais e não tanto arquitectos ligados a edifícios mais comuns nas zonas mais próximas do poder central. Esta variedade e excentricidade – por não estar no *centro* do território – construtiva coloca novos desafios aos investigadores. Não mais se pode considerar como sendo unicamente desta fase o que mostre indiscutivelmente aparelho emiral ou califal. Tem de haver a abertura necessária para aceitar o aparecimento de construções de carácter defensivo (e outras) executadas com técnicas diferentes daquelas que normalmente são conotadas com os arquitectos principais ligados ao poder de Córdoba⁵⁷. No caso concreto das fortificações com torres semi-circulares, é provável que o *Gharb al-Andalus* possa contribuir para melhor conhecer esta prática construtiva. Mas, também se constrói em taipa – como a que foi detectada e datada arqueologicamente em Povos –, numa taipa diferente daquela muito rica em cal que se tornará comum em época almóada.

Este tema necessita de uma abordagem pluri-disciplinar; a escavação e a prospecção arqueológica, mas também a geografia histórica dos territórios, os dados da toponímia e micro-toponímia deverão contribuir para um melhor conhecimento das dinâmicas de resposta ao perigo que a chegada dos normandos representou e de como a sociedade *andalusí*, pela acção de voluntários mas também através dos seus agentes regionais e centrais, respondeu.

É já possível identificar alguns padrões na resposta a esse perigo, pois alguns locais fortificados – embora ainda faltem datações seguras para muitos deles – ocupam quase que exclusivamente estuários ou a retaguarda desses estuários de rios. Mas, também é visível uma resposta plurifacetada, que incluía a participação de voluntários que vigiavam as costas, fazendo dessa actividade uma obrigação com carga religiosa, associada em alguns casos a edifícios particulares, que poderiam funcionar em rede. A proposta que se faz sobre triangulações entre locais de vigilância é uma hipótese que pode ser testada em

outros pontos e que pode ter tido uma outra configuração. Só trabalhos futuros o poderão provar. Porém, tudo leva a crer que há uma hierarquia a nível das fortificações; algumas com função de coordenação sobre uma determinada área ou região e outras, de menores dimensão, com controle visual sobre determinados pontos específicos podendo, em muitos casos, ter funções de transmissão de avisos sobre a chegada de visitantes indesejáveis.

NOTAS

¹ cf. Donner, Fred M., *Muhammad and the Believers: At the Origins of Islam*, 2010, pp. 56-89.

² MACIAS, Santiago, “islamização no território de Beja – reflexões para um debate”, *Análise Social*, vol. XXIX, Lisboa, 2005, pp. 818; PICARD, Ch., *Le Portugal Musulman*, pp. 29-35, *passim*.

³ cf. MARTOS QUESADA, – “Islam y Derecho – las escuelas jurídicas en al-Andalus”, *Arbor*, n. CLXXXIV, 731, 2008, (433-442), p. 440.

⁴ cf. FIERRO, Maribel, “El derecho maliki en Al-Andalus; siglos II/VIII-V/XI”, *Al-Qantara*, 1991, 12 (1): págs. 119-132.

⁵ MARTÍNEZ ENAMORADO, V., “La terminología castral en el territorio de Ibn Hafsun”, *I Congreso Internacional Fortificaciones en Al-Andalus*, 1998, pp. 33-78.

⁶ Tratado recentemente em trabalho académico; CORREIA, Fernando Branco, *Fortificação, guerra e poderes no %arab al-Andalus* (dos inícios da islamização ao domínio norte-africano), dissertação de Doutoramento apresentada à Univ. de Évora, em 2010, pp. 160-168.

⁷ ver sobre a acção de Mahmud em VIGUERA, María Jesús, “Una andalusí en Galicia y sus cuatro “transgresiones”” in *Estudios de Frontera. Alcalá la Real. Homenaje a Cristina Segura*, Jaén 2011, pp. 497-505.

⁸ Ibn Hayyan, *Crónica del Califa Abderrahman III entre los años 912 y 942*, (Muqtabis V), pp. 81-84 e 88-91; ver igualmente SIDARUS, Adel, “Um texto árabe do século X relativo à nova fundação de Évora e aos movimentos muladí e berbere no Ocidente Andaluz” in *A Cidade de Évora*, n.ºs 71-76, (anos XLV-L), Évora, 1994, pp. 7-37.

⁹ soga y tizón califal”, a técnica construtiva que, apesar da sua especificidade, aparenta semelhanças com o *opus quadratum* – cf. LEÓN, Alberto, “La construcción en sillería en España durante la Alta Edad Media. Una revisión de la información arqueológica”, *Archeologia Medievale*, XXV, 2008, (pp. 55-74), p. 59 e segs.

¹⁰ Há descrições que afirmam que teriam tomado zonas de campina – lezírias possivelmente – perto de Lisboa; cf. PICARD, Christophe, *L’océan Atlantique musulman. De la conquête arabe à l’époque almohade (...)* 1997, p. 72.

¹¹ DOZY, R., *Los Vikingos en España*, Madrid, ed. Polifem, 1987, pp. 30-34; o porto em que se deu o sucedido não é identificado.

¹² Abd al-Rahman II tinha mandado construir um arsenal em Sevilla, ainda no século IX – veja-se Picard, *op. cit.* p. 74 e 79.

¹³ Dozy, *op. cit.*, p. 49.

¹⁴ *Ibidem*, p. 32.

¹⁵ cf. PICARD, Christophe, “Les Ribats au Portugal à l’époque musulmane: sources et définitions”, in *Mil anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500): Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*, Lisboa, Edições Colibri / C. M. Palmela, 2001, (pp. 203-212), pp. 204-05 e 208-09; *idem*, “Les ribats de la côte du Gharb al-Andalus: une sacralité

A atenção que se dá a esta costa a partir de meados do século IX abrirá uma nova fase na história do *Gharb al-Andalus*. A chegada inesperada dos normandos é um momento de viragem no processo de defesa e fortificação do litoral ocidental do *al-Andalus* mas será também uma etapa fundamental no processo de integração desta região periférica no todo *andalusí*.

importée”, *Arqueologia Medieval – La prospecció i el territori*, (Flocel Sabaté dir.), Pagès editors, Lleida, 2010, (pp. 147-160), pp. 148-152.

¹⁶ Já Picard salienta, como exemplo dessa capacidade instalada, o facto de se ter equipado em Silves, um barco para enviar uma delegação do *al-Andalus* ao Norte de Europa, delegação chefiada por al-Ghazali; cf. PICARD, Christophe, *L’océan Atlantique musulman. (...)*, pp. 66-67.

¹⁷ Tanto no século IX como até final da centúria seguinte o território *andalusí* deixou de controlar com a região em redor de Coimbra, tomada por Hermenegildo Guterres, em tempos de Afonso III das Astúrias. Só com Almançor, em finais do século X, o s califado omíada volta a controlar territórios entre as bacias do Mondego e de Douro.

¹⁸ Cf. planta (século XVIII?) do castelo de Alcobaça com evidência da torre albarrã em ALMEIDA, João de, *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, tomo II, p. 194.

¹⁹ cf. SOUTO, “El poblamiento del término de Zaragoza (siglos VIII-X): los datos de las frentes geográficas e históricas”, in *Anaquel de Estudios Árabes*, N.º 3, 1992, (pp. 113-152), p. 127; *idem*, “Ensayo de estudio histórico-arqueológico del conjunto fortificado islámico de Calatayud (Zaragoza): objetivos, metodología y primeros resultados”, *Anaquel de estudios árabes*, n. 1, 1990, pp. 187-201; *idem*, “Sobre la génesis de la Calatayud islámica”, *Aragón en la Edad Media*, n. 8, 1989, pp. 675-696; veja-se também ZOZAYA, Juan “¿Fortificaciones tempranas?”, *Actas del I Congreso de Castellología Ibérica*, Palencia, 1994, pp. 71-146; *idem*, “la fortificación islámica en la península ibérica: principios de sistematización” in *El Castillo Medieval Español. La Fortificación Española y sus Relaciones con la Europea*, Madrid, Fund. Ramón Areces, 1998, (pp. 23-44), p. 35; *idem*, “771-856: los primeros años del Islam andalusí o una hipótesis de trabajo” in *Ruptura o continuidad: pervivencias preislámicas en El-Andalus*, N.º 15 de Cuadernos emeritenses, 1998, pp. 83-142.

²⁰ GARCIA, Eduíno Borges, “As Torres e os Fachos na Lagoa da Pederneira. A Torre de D. Framondo”, Sep. de *Arquivo de Beja*, vols. XX-XXI (1963-1964), 9 p.; *idem*, As Torres e os Fachos na Lagoa da Pederneira. Vestígios de Navegações Antigas na Lagoa da Pederneira (Nazaré) sep. *Arquivo de Beja*, Vol. XXV – XXVI – XXVII, Beja, 1968 – 70, 14 p. Cf. imagens e alçado do castelo de Alfeizerão (finais do século XVIII?) ALMEIDA, João de, *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, tomo II, pp. 195-196.

²¹ Esta fortificação encontra-se no interior de uma propriedade particular.

Veja-se <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimoniomovel/detail/70851/>

²² Cf. ZOZAYA, Juan, “Las fortificaciones andalusíes”, *Artigrama*, 22, 2007, (pp. 233-257), p. 237. Não faltam exemplos de fortificações com torres semi-circulares, de época omíada na Grande Síria – cf. WHITCOM, Donald, “The walls of Early Islamic Ayla: defense or symbol?”, in KENNEDY, Hugh (Ed.), *Muslim Military Architecture in Greater Syria:*

From the Coming of Islam to the Ottoman Period, Brill, 2005, (pp. 61-74), pp. 63, 69, 71-72.

²³ ALARCÃO, Jorge de, *Coimbra, a montagem do cenário urbano*, Coimbra, 2008, pp. 72-73; ver ainda CATARINO, Helena e FILIPE, Sónia, “Madinat Qulumbriya: arqueologia numa cidade de fronteira”, *Al-Ándalus espaço de mudança. Balanço de 25 anos de história e arqueologia medievais, Livro de Homenagem a Juan Zozaya Stabel-Hansen*, Ed. Campo Arqueológico de Mértola, 2006, (pp. 73-85) pp. 75 e 84.

²⁴ É de recordar que estudos recentes apontam para um recorte na costa junto a Óbidos muito diferente daquele que hoje se pode observar; ao longo dos últimos milhares de anos a costa em redor de Óbidos, bem como para norte e para sul desta localidade, era bastante mais recortada. Uma simples mas atenta observação do local permite adivinhar a chegada das águas do mar até bem do sopé do monte sobre o qual se erguem a vila e as muralhas de Óbidos.

²⁵ SILVA, Manuela Santos, *Óbidos e a sua região na Baixa Idade Média*, Dissertação de Doutoramento, Lisboa 1996, vol. I, pp. 27-48. A mesma autora tem um a visão para região, que se pode aplicar ao século XII: SILVA, Manuela, “Reflexões em torno na conquista da Estremadura”, *Santarém na Idade Média – Actas do colóquio*, CMS, 2007, pp. 337-345. A notícia de que tinha sido encontrada cerâmica de origem islâmica em Óbidos foi confirmada, oralmente, pela Dr^a. Isabel Cristina Fernandes durante o decurso deste simpósio. Trata-se de uma novidade com imensa importância.

²⁶ A fortificação é propriedade privada mas foi possível obter autorização para visitar o seu interior. Merece um estudo aprofundado, que está por fazer. O seu interior está bem cuidado.

²⁷ BARBOSA, Pedro Gomes, *Povoamento e estrutura agrícola na Estremadura Central*, Lisboa, INIC, 1992, pp. 23-24.

²⁸ Cf. os trabalhos indispensáveis de LUNA, Isabel e CARDOSO, Guilherme, S. Tiago – Torres Vedras; Resultados dos Trabalhos Arqueológicos, 2009, p. 37, 77-78; idem, Castelo de Torres Vedras, 2003; Relatório dos Trabalhos Arqueológicos, 2003, p. 24, disponível em <http://historiasdetorresvedras.wordpress.com/2012/08/29/s-tiago-torres-vedras>, <http://independent.academia.edu/ILuna> e <http://independent.academia.edu/GuilhermeCardoso>

²⁹ Para Sintra no século X segundo al-Razi veja-se LÉVI-PROVENÇAL, E., “Description de l’Espagne d’Al-hamad al-Razi. Essai de reconstitution de l’original arabe et traduction française”. *Al-Andalus*, XVIII (1953), (pp. 51-108) §53; ver ainda COELHO, A. Borges, *Portugal na Espanha Árabe*, 2ª ed., vol. 1, pp. 49, 60; ver ainda SIDARUS, Adel e REI, António, “Lisboa e o seu termo segundo os geógrafos árabes”, *Arqueologia Medieval*, nº 7, (pp. 37-72), pp. 40-41.

³⁰ cf. COELHO, Catarina, “A ocupação islâmica do Castelo dos Mouros (Sintra): interpretação comparada”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 3.1, Lisboa, IPA; 2000, pp. 207-225.

³¹ cf.

<http://www.museuarqueologiccodeodrinhas.pt/escavacoes/1/alto-da-vigia.html>

(consultado em Setembro de 2012 e em Junho de 2013). Tive notícia destes trabalhos durante o decurso do presente Simpósio. Agradeço ao colega que me deu, com as devidas cautelas, esta novidade e felicito os arqueólogos que aí trabalharam pelo magnífico achado e pela sua relevância. Esta é mais uma prova da utilidade destes encontros científicos.

³² MARÍN, Manuela, “la práctica del Ribat en al-Andalus (ss. III-V/IX-XI)” in Azuar Ruiz, Rafael, (Ed.), *El ribât califal. Excavaciones e investigaciones (1984-1992)*, Madrid, Casa de Velázquez, 2004, pp. 191-201; a autora refere-se, entre outros casos, a ribat/s costeiros (pp. 192-194), referindo a escassez de informação disponível sobre os mesmos, mas indicando referências claras para o século X; sobre a inadequação da

aplicação da palavra *ribat* em alguns casos e as nuances do significado desse vocábulo, veja-se PICARD, Christophe e BORRUT Antoine, 2003, “Râbata, ribât, râbita: une institution à reconsidérer”, in Chrétiens et musulmans en Méditerranée médiévale (VIIIe-XIIe siècle). Echanges et contacts, Poitiers, 2003, pp. 33-65.

³³ Para o ocidente do al-Andalus, vejam-se os estudos de Rosa Varela Gomes (e M. Varela Gomes), entre os quais *O Ribat de Arrifana – (Aljezur – Algarve)*, C. M. de Aljezur, 2004; idem, “O Ribat de Arrifana – (Aljezur – Algarve), resultados da campanha de escavações arqueológicas de 2002”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 7-1, 2004, p. 487 (fig. 1) e fig. 30, p. 562.

³⁴ É de lembrar que o referido palácio ocupa o espaço de um antigo convento, havendo vários exemplos de estruturas religiosas que cristianizaram espaços religiosos mais antigos; esta hipótese não está comprovada.

³⁵ No momento da escrita definitiva deste artigo foi encontrado, em pesquisa pela, um artigo deveras interessante e que pode reforçar, dada a investigação levada a cabo, alguns dos dados aqui apontados. Veja-se BORGES, Marco Oliveira, “A defesa costeira do litoral de Sintra-Cascais durante o Garb al-Ándalus. I – Em torno do porto de Colares”, *História. Revista da FLUP Porto*, IV Série, vol. 2 – 2012, pp. 109-128.

³⁶ MOURA, Frei José de Santo António, *Vestígios da Língua Árabe*, Lisboa, 1789, p. 128, (2ª ed., Lisboa, 1830, p. 163, que relaciona o topónimo árabe com a presença de um “barbeiro”. Segundo David Lopes, Murfacem deriva de Mul Hacem – *O Arqueólogo Português*, vol. VIII, Lisboa, 1903, p. 215. Pensamos que pode derivar da raiz (,h-,s-n), de que provém ,hi,sn que significa, precisamente, fortificação.

³⁷ Muhammad Hassen, num seu estudo refere a existência, para além do s referidos riba,t, de ma,hris “enceinte fortifiée, parfois simple corps de garde”, citando um caso em que um ma,hris era guardado por uma só pessoa; cf. HASSEN, “Les Ribat du Sahel d’Ifriqiya” in *Castrum 7 – Zones côtières littorales dans le monde méditerranéen au Moyen Âge: défense, peuplement, mise en valeur*, Madrid, Casa De Velázquez, 2001, p. 153 – acrescenta, adiante, que pode significar uma simples “torre de observação” (*Ib.*, p. 154).

³⁸ María Luisa Blot afirma que “no esporão de Almaraz (habitat naturalmente defendido e em posição de atalaia e de controle das vias de comunicação, incluindo a via fluvial), estavam em ligação com os pontos imediatos de contacto com a navegação do estuário, ou seja, a zona da Baixa, no caso de Lisboa, e Cacilhas, no caso de Almada” (BLOT, M. L., *Os Portos na Origem dos Centros Urbanos: Contributo para a Arqueologia das Cidades Marítimas e Fluvio-Marítimas em Portugal*. Lisboa, Instituto Português de Arqueologia. Trabalhos de Arqueologia, 2003, p. 235), acrescentando que “no sopé do esporão de Almaraz que continuou a fazer-se a travessia do Tejo em época romana, verificando-se continuidade nesta utilização desse ponto até à actualidade” (*ibidem*, pp. 246-247), o que reforça a importância táctica do local ao longo dos tempos.

³⁹ Cf. FERNANDES, Isabel C. Ferreira, “A península de Setúbal em Época Islâmica”, *Arqueologia Medieval* 7 (Lisboa Encruzilhada de musulmanos, judeus, e cristãos, Outubro 1997), 2001, Porto, pp. 185-196; Isabel C. Ferreira Fernandes, *O castelo de Palmela – do Islâmico ao Cristão*, Lisboa, éd. Colibri, 2004. Veja-se igualmente PICARD, Ch., FERNANDES I.C. Ferreira, « La défense côtière au Portugal à l’époque musulmane: l’exemple de la presqu’île de Setúbal », *Archéologie Islamique*, 8-9, 1999, p. 67-94.

⁴⁰ Também presente na zona do cabo da Roca, perto de Sintra. Sobre as Azóias deve ver-se REI, António, “Azóias / Arrábidas no Gharb al-Andalus e o movimento dos muridín – subsídios para a sua identificação especial”, in XARAJIB nº 2, Centro de Estudos Luso-Árabes de Silves, 2002, pp.53-61.

⁴¹ Já estudado e com uma nova posposta interpretativa, de

António Rei, que propões um relação de origem com *al-jaysh*, “o exército”, o que reforça a capacidade de militarização em redor da entrada do Tejo.

⁴² Existe, actualmente, a rua de Alcolena, no topo da qual se encontra uma ermida dedicada a S. Jerónimo, também conhecida como ermida do Restelo, exemplar de estilo manuelino concebido pelo mestre Boitaca, rodeado por jardins desenhados por Gonçalo Ribeiro Telles. É possível que tenha havido, neste local que conserva um topónimo de origem árabe que remete para a existência de uma pequena fortificação, (*al-Qal'a* significa “fortificação”, originando Alcalá ou Alcalar o diminutivo *al-Qulay'a* está por detrás de vários topónimos como Alcolea e, possivelmente, Alcolena; não se conhecem possíveis antigas ocupações do local e é especulativo afirmar que poderia estar ligada à presença de voluntários pela fé.

⁴³ Não deixa de ser curiosa a circunstância de o local possuir um magnífico exemplar de construção religiosa manuelina, uma capela semelhante a uma “*qubba*”, ou seja, muito semelhante em termos formais da que hoje se localiza e se pode visitar em Murfácm, na margem esquerda, com a qual cruza olhares sobre o rio Tejo. Pode ser que um estudo arqueológico do local venha a refutar ou a confirmar a hipótese de uma continuidade ou sobreposição ocupacional.

⁴⁴ Confirma-se, pelos trabalhos de João Pimenta Marques e Henrique Mendes, a existência de unidades estratigráficas com ocupação de época islâmica na área do castelo de Alverca; cf. <http://arqueologia.igespar.pt/?sid=projectos.resultados&subsid=2668318&vt=2680994> (consultado em Julho de 2013).

⁴⁵ O cabeço sobre o qual se ergueria uma fortificação está hoje ocupado por uma igreja que domina claramente o percurso do Tejo; detectaram-se, para já, ocupações humanas da Idade do Ferro no seu cabeço. Alverca e Alhandra têm uma óptima ligação visual com Palmela.

⁴⁶ A imagem é de Pier Maria Baldi, “repórter” gráfico da segunda metade do século XVII (cf. MAGALOTTI, Lorenzo, *Viaje de Cosme de Médicis por España y Portugal (1668-1669)*, Madrid, 1933, p. 60.

⁴⁷ Sobre os resultados das escavações do castelo de Povos veja-se CALAIS, Cristina, “Outeiro de Povos – Resultado preliminar das intervenções arqueológicas” in *Cira – Boletim Cultural*, n. 7; Vila Franca de Xira, 1998, pp. 49-74; BANHA, Carlos Manuel dos Santos, “As Cerâmicas do Alto do Senhor da Boa Morte (Povos): Estudo Preliminar” in *Cira – Boletim Cultural*, n. 7; Vila Franca de Xira, 1998, pp. 75-109.

⁴⁸ Sobre Alenquer pode ver-se <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/73238/>

⁴⁹ “Santarem es una ciudad grande y antigua, posee una gran mezquita aljama ordenada construir por el imán al-Hakam, baños espléndidos y zocos amplios y ordenados. Sus vastas dependências abarcan más de mil aldeãs, todas las cuales toman su agua de un rio que las atraviesa llamado Guadiana [sic], que tiene crecidas como las del Nilo, con las cuales se hace la siembra” – *Dhikr bilad al-Andalus*; cf. MOLINA, Luis (Ed.), *Una Descripción anónima de Al-Andalus*, tomo II, Madrid, 1983, §27, p. 58.

⁵⁰ Já se colocou a hipótese de Magos – conhecida como Salvaterra de Magos – ter a sua origem nestes *majus* ou normandos. Não se pode comprovar, por ora, esta coincidência; mas, tal como aconteceu ter havido fixação de “homens do Norte” nas margens do Guadalquivir – conhecidos mais tarde por terem introduzido técnicas de fabricação de queijo – não seria impossível que alguns *majus* ou normandos se tivessem estabelecido em algum pontos das ricas margens do Tejo, nos séculos IX e X.

⁵¹ cf. texto do geógrafo al-Himyari in COELHO, A. Borges, *Portugal na Espanha Árabe*, 2ª ed. Vol. 1, p. 54. Veja-se também CONDE, Manuel Sílvio, “Madinat Shantarín. Uma aproximação à paisagem da Santarém muçulmana (séculos X – XII) e “Para um corpus da documentação relativa à paisagem de Shantarín”, *Media Aetas*, 2, Universidade dos açores, 1999, pp. 11-34 e 105-110. Para perceber o período imediatamente a seguir à integração de Santarém no reino de Portugal veja-se VIANA; Mário, *Espaço e povoamento numa vila portuguesa (Santarém, 1147-1350)*, Caleidoscópio, 2007.

⁵² Há provas de que, pelo menos em finais do século X, o califa al-Hakam II, procedeu à compra de cavalos criados no território de Santarém, certamente provenientes das suas inundáveis lezírias.

O *Muqtabis* de ibn Hayyan (parte VII) informa que em redor de Santarém se criavam cavalos, na segunda metade do século X. Quando al-Hakam II, na Primavera de 971, manda sair altos funcionários por várias *kuwar* do al-Andalus em busca de cavalos para uma campanha militar estival contra os cristãos da [J]il[i]qiyya (Galécia, ou seja, o Norte peninsular), refere-se A,hmad ibn Mu,hammad ibn Sa'd al-[J]a'far*i*, identificado também como ,s<a,hib al-,sur,ta al-'uliy<a (,s<a,hib al-,sur,ta corresponde ao cargo de Prefeito ou Director de Polícia), “enviado a Santarém e seus contornos” para requisitar cavalos (Ibn ,Hayy<an, *Muqtabis*, parte VII, fl. 121 r; tradução: *Anales Palatinos del califa de Córdoba al-Hakam II, por 'Isa b. Ahmad al-Razi (360-364 H. = 971-975 J.C.)*, trad. de Emilio García Gómez, Madrid, Sociedad de Estudios y Publicaciones, 1967..., § 216, p. 256).

⁵³ As fontes de época árabe parece silenciarem esta plantação de árvores no território de *al-Qasr*; no entanto, para Silves – cidade próxima mas também na retaguarda da costa – a madeira das montanhas que a rodeiam foi celebrada por alguns geógrafos árabes – cf. LIROLA DELGADO, J., *op. cit.*, p. 318.

⁵⁴ Al-IDRISI, *Nuzhat al-Mushtaq – Opvs Geographicvm*, (ed. Cerulli, Gabrieli et elii), Nápoles-Roma-Leiden, 1975, fasc. V, pp. 547-549; *Description de l'Afrique et de l'Espagne par Edrici*, (ed. R. Dozy e De Goeje), Leiden., 1866, fl. 184, p. 223; SIDARUS, Adel e REI, António, “Lisboa e o seu termo segundo os geógrafos árabes”, *Arqueologia Medieval*, nº 7, (pp. 37-72), p. 50.

⁵⁵ No território do actual Algarve, que não é central neste estudo, também muitas fortificações devem ter surgido nesta conjuntura ou ter então adquirido especial relevância pela sua posição táctica ou de coordenação; de Silves a Alcoutim (castelo velho) – sentinela controlado um Gaudina que tem em Mértola um porto incontornável-, passando por outros locais do litoral “algarvio” como poderiam ser Albufeira e Faro, ... E o mesmo se pode dizer para a fachada costeira entre a foz do Guadiana e a boca do Guadalquivir.

⁵⁶ VIGUERA, María Jesús, “Los reinos de Taifas – Al-Andalus en el siglo XI”, *Historia de España* (dir. Menéndez Pidal), vol. VIII-I, Madrid, Espasa-Calpe, 1994, p. 124.

⁵⁷ Sobre a importância de grupos de artesãos locais no uso da pedra ver, uma vez mais, LEÓN, Alberto, “La construcción en sillería en España durante la Alta Edad Media. Una revisión de la información arqueológica